



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Mara Gabrilli (PSDB/SP)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013

(Da Sra. MARA GABRILLI)

Requer ao Ministro da Educação informações acerca das condições atuais de inclusão do aluno com deficiência nas escolas públicas de educação básica, nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e nas universidades federais.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com fulcro no art. 50, §2º da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações :

1) Considerando as escolas públicas de educação básica, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e as universidades federais, interessa-nos conhecer:

1.1 Quantos estabelecimentos registram matrículas de educação especial e qual é a participação percentual em relação ao total?

1.2 Quantos estabelecimentos estão adaptados para receber esses alunos e que recursos de acessibilidade eles apresentam, **em termos de materiais didáticos e pedagógicos; dos espaços arquitetônicos; dos mobiliários e equipamentos; dos sistemas de comunicação e**

E8CA577041

E8CA577041



informação; dos transportes e demais serviços disponíveis?

1.3 Qual a distribuição desses **recursos de acessibilidade por Grandes Regiões?**

1.4 Sobre a **formação continuada**, quantos professores frequentaram cursos voltados para a modalidade de educação especial nos últimos cinco anos e quantos estabelecimentos de ensino têm professores de atendimento educacional especializado?

1.5 Sobre **Libras**, quantas são as escolas públicas de educação básica, institutos federais e universidades que contam com esse recurso?

2) Qual o volume de **recursos financeiros** alocados em programas/ações de promoção das condições de acessibilidade, voltadas para a pessoa com deficiência, no período de 2007 a 2012? Qual a distribuição desses recursos financeiros entre as Grandes Regiões do País? Como vem ocorrendo o monitoramento da aplicação desses recursos e a avaliação dos resultados/impactos alcançados?

3) Quais são as **metas** (metas físicas e prazos) fixadas pelo Ministério da Educação para ampliar o número de escolas de educação básica com acessibilidade arquitetônica? E com relação às universidades federais e aos institutos federais que integram à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?

4) No que diz respeito à **tecnologia assistiva**, quais os recursos disponibilizados para alunos com paralisia cerebral, TGD, deficiência múltipla e outras deficiências dentro da sala de aula? Informar Municípios contemplados e número de alunos atendidos.

5) Ainda no que diz respeito ao atendimento dos alunos acima citados, que orientações técnicas este Ministério da Educação oferece às instituições do seu próprio sistema (institutos federais e universidades) e às demais (escolas de educação básica de Estados e Municípios), tendo em vista que grande parcela desses alunos necessita de outro profissional – além do regente da classe - para viabilizar a relação ensino aprendizagem (professor auxiliar, professor

E8CA577041

E8CA577041



mediador, estagiário de pedagogia, etc.)? Quais são as orientações do MEC a Estados e Municípios para a construção da interface entre as áreas de educação e saúde, considerando que o acesso à saúde é fundamental e que pode assegurar a frequência escolar?

6) Quais são orientações desse Ministério em relação às **parcerias com entidades filantrópicas**? Há previsão de ampliação no biênio 2013/2014?

7) As **salas de recursos multifuncionais** dispõem de sistema de monitoramento?

8) Com que frequência o MEC orienta os gestores públicos (Secretários Estaduais e Municipais de Educação) em relação à: i) obrigatoriedade da oferta do **atendimento educacional especializado** complementar e/ou suplementar; ii) necessidade da presença do professor do AEE em tempo integral nas escolas; e, iii) articulação entre o professor do AEE e o professor da classe comum?

9) No que tange ao **transporte escolar**, qual a previsão para o aumento da oferta dos ônibus acessíveis em 2013-2014? Os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos e no PRONATEC serão contemplados?

10) Especificamente sobre a **acessibilidade atitudinal**, interessa-nos saber:

10.1)Quais políticas ou programas estão atualmente em curso para assegurar que os gestores públicos e os profissionais da educação tenham acesso aos marcos legais da educação inclusiva?

10.2)Quantos estabelecimentos de educação básica, profissional e superior eles já alcançaram?

10.3)Como está sendo trabalhada a acessibilidade atitudinal nos institutos federais, especificamente?

10.4) Como o MEC orienta os Sistemas Estaduais e Municipais de Educação para a construção do relacionamento com as famílias desses alunos, incluindo sensibilização e informação?

E8CA577041

E8CA577041



11) Quais são as estratégias para aumentar o número de matrículas de alunos com deficiência no **PRONATEC**?

JUSTIFICAÇÃO

O movimento pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em todo o mundo em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Nesse sentido, a adoção da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva por este Ministério da Educação transformou-se num marco temporal para as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência. Nossa expectativa é que também tenha demarcado um novo momento para o gasto público, direcionando-o para a melhoria das condições de acessibilidade nos estabelecimentos de ensino, entre outros aspectos importantes.

Este Requerimento de Informações tem o objetivo central de possibilitar a esta Câmara dos Deputados conhecer mais profundamente como está sendo feito o atendimento aos alunos na modalidade de educação especial nas escolas públicas de educação básica, na rede federal de educação profissional e tecnológica e nas universidades federais.

É oportuno conhecer, a partir dos dados atuais, se os alunos da educação especial matriculados nesses estabelecimentos de educação têm, por exemplo, acesso a facilidades arquitetônicas exigidas pela Lei 10.098, de 2000. Há disponibilidade de recursos pedagógicos adequados às necessidades educativas dos alunos com deficiência? Trata-se, fundamentalmente, de ter um retrato abrangente e atual das condições de inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional.

Entre outros pontos de questionamento, destaco temas como a evolução recente do gasto público em programas/ações de promoção das condições de acessibilidade, voltadas para a pessoa com deficiência, no período de 2007 a 2012, bem como a distribuição da oferta de recursos de acessibilidade no

E8CA577041

E8CA577041



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Gabinete da Deputada Federal **Mara Gabrilli** (PSDB/SP)*

País, pois isso nos permitirá avançar no conhecimento das desigualdades regionais nesse campo.

Os avanços obtidos até o momento na construção desse novo paradigma educacional precisam ser mais bem conhecidos e analisados por este Parlamento, de sorte que possamos compreender os limites e as potencialidades das ações em curso, contribuir para o que se convencionou chamar de *accountability* junto à sociedade e aperfeiçoar os rumos dessas políticas por meio do trabalho legislativo.

Sala das Sessões, em de de 2013.

MARA GABRILLI

Deputada Federal

E8CA577041

E8CA577041